



19(2):215-220
jul./dez. 1994

RESENHA CRÍTICA

UNGER, Nancy Mangabeira (Org.). *Fundamentos Filosóficos do Pensamento Ecológico*. São Paulo: Loyola, 1992.

Do edifício para a árvore: fundamentos filosóficos do pensamento ecológico

Alfredo J. Veiga-Neto

Poema de circunstância

Onde estão os meus verdes?
Os meus azuis?
O Arranha-Céu comeu!
E ainda falam nos mastodontes, nos brontossauros, nos
tiranossauros,
Que mais sei eu...
Os verdadeiros monstros, os Papões, são eles, os arranha-céus!
Daqui
Do fundo
Das suas goelas,
Só vemos o céu, estreitamente, através de suas empinadas
gargantas ressecas.
Para quê lhes serviu beberem tanta luz?!
Defronte
À janela aonde trabalho
Há uma grande árvore...
Mas já estão gestando um monstro de perneio!
Sim, uma grande árvore... Enquanto há verde,
Pastai, pastai, olhos meus...
Uma grande árvore muito verde... Ah,
Todos os meus olhares são de adeus
Como o último olhar de um condenado!

Mário Quintana (1966)

Lançado há pouco mais de um ano, pela Edições Loyola, o pequeno livro *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico* reúne as conferências e os debates havidos por ocasião do seminário homônimo que ocorreu em Paulo de Frontin, em 1990, sob a coordenação da Prof^a Nancy Mangabeira Unger. Ali reuniram-se pesquisadores, acadêmicos, políticos, ativistas, educadores, escritores e indigenistas; todos intelectuais, se usarmos a expressão no seu sentido gramsciano.

Logo ao tomar contato com essa obra, percebi que se tratava de uma contribuição expressiva para a minguada bibliografia nacional nas áreas ambientais e afins: o número de títulos de obras aqui produzidas, ou traduzidas para o português, é inexpressivo, se compararmos o Brasil com muitos outros países. No caso de *Fundamentos*, a importância me parece maior tendo em vista que são bastante raros, por aqui, os livros que — sem serem técnicos/instrumentais, moralistas/prescritivos ou denunciativos/panfletários — discutem questões mais de fundo sobre a crise ambiental enquanto manifestação de uma crise civilizacional. Esse *Fundamentos...* consegue isso. Traz dados técnicos importantes, mas sempre como apoio à argumentação moral. Trata da ética ambiental — em suas várias vertentes e impasses — mas, mesmo nas passagens mais “apaixonadas”, não assume nem o tom moralista/prescritivo nem o discurso deslumbrado daqueles grupos conservacionistas que querem o direito à vida até para os anófeles e plasmódios... Faz denúncias fortes, mas sem panfletagem.

A apresentação geral do livro está bem acima da maioria das edições brasileiras: houve cuidado tanto em relação ao conteúdo (informações sobre os participantes, revisão etc.) quanto em relação à forma (editoração, impressão, acabamento etc.). Quanto a esses aspectos, apenas um reparo: penso que poderia ser excluído o último capítulo — *O (sic) que o seminário representou para você?* —, uma vez que, em tom predominantemente laudatório, traz quase nenhuma contribuição ao tema.

Por tudo isso, resolvi fazer essa resenha.

Como é comum acontecer em coletâneas de conferências e suas subseqüentes discussões, *Fundamentos...* é, ao mesmo tempo, uma obra fácil e difícil de ler. A facilidade fica por conta de estilos discursivos bastante claros, aliados à preocupação que todos parecem ter tido com relação ao aprofundamento teórico “moderado” em suas falas. A dificuldade decorre justamente do fato de se tratar de uma obra com vários autores: cada participante traz diferentes questões e dá ênfases diferentes às questões alheias. Mas, se por um lado isso se manifesta em recortes que às vezes nos fazem tropeçar na leitura, por outro lado enriquece sobremaneira o conjunto do texto. Em suma, a ausência de um eixo único prejudica a unicidade da obra, mas a torna útil para diferentes leitores.

Para nós, educadores, *Fundamentos...* pode parecer pouco didático: sem dúvida, não se trata de um livro organizado para ser transposto diretamente para a sala de aula. Mas alguns fragmentos poderão ser utilizados para discussões sobre as questões ambientais, num nível de aprofundamento intermediário. Esse é o caso, por exemplo, do terceiro capítulo (*Ecologia e ética: o ecologismo como questão filosófica II*),

especialmente o texto do biólogo Eduardo Gudynas, em que a ética ambiental é sistematizada em duas categorias: a superficial e a profunda (Gudynas, 1992). Penso que também a conferência e os debates da Prof^a Nancy Unger têm vários trechos bastante úteis, claros e acessíveis para serem usados a partir do segundo grau de nossas escolas, em disciplinas como Biologia, Filosofia, Geografia etc.

Entre as teses centrais do seminário, está o dilema da opção entre o Humanismo e Biocentrismo. Na medida em que esse dilema é hoje crucial para nossas decisões sobre questões ambientais — tanto em nível microscópico (pessoal, por exemplo) quanto macroscópico (da política internacional, por exemplo) —, penso que vale fazer aqui um comentário mais detalhado sobre como isso passa pelo livro.

Como sabemos, a postura humanista coloca o homem no centro do mundo e toma como transcendente a razão humana. Na sua versão antropocêntrica, “o homem entende sua humanidade na razão direta de sua capacidade de dominar e manipular a natureza” (Unger, 1992, p.19), o que, na prática, se manifesta na crença na ciência e na técnica como instrumentos onipotentes para nos salvar de todos os problemas, até mesmo aqueles gerados por elas próprias, ciência e técnica. É assim que, para esse humanismo moderno, a referência para o humano é o próprio homem, ao qual tudo o mais se subordina.

Do outro lado, temos uma postura biocêntrica que se funda sobre três premissas básicas: (a) o direito à vida e ao bem-estar é um valor intrínseco para todo e qualquer organismo vivo; (b) a diversidade biológica tem também valor em si e (c) exceto para satisfazer necessidades vitais básicas, nenhum ser — inclusive de nossa espécie — tem o direito de contrariar as duas primeiras premissas. Na sua versão cética, radicalmente anti-humanista, essa postura toma o Homem como um beco sem saída evolutivo, e só nos propõe a espera pela nossa própria extinção. Mas dessa versão radical não trata a obra. Antes, quase todos procuram se mover no sentido de buscar no biocentrismo o contraponto ao humanismo antropocêntrico, se não para aniquilá-lo para, pelo menos, criticá-lo e circunscrevê-lo enquanto produto, historicamente datado, de um tipo de sociedade pautada pelo utilitarismo e pelo consumismo.

E mais: um dos participantes do seminário, ao se referir ao dilema entre Humanismo e Biocentrismo, considera que não “se trata de optar por um ou por outro” (Soffiatti Neto, 1992, p.26), pois uma postura biocêntrica ainda é insuficiente por limitar-se à biosfera. “A ecossfera envolve mais do que isso...” (id., ib.) e, portanto, ecocentrismo parece ser um conceito melhor porque mais abrangente — pois subordina até a vida. De qualquer forma, ainda que essa idéia seja atraente (pois coloca sobre nós toda a responsabilidade sobre o planeta), nessas passagens não fica bem claro porque uma “atitude ecocêntrica superaria essa dicotomia [entre Humanismo e Biocentrismo]” (id., ib.). Nesse ponto, são realmente perturbadores os argumentos que, partindo da constatação de que cerca de 15% da população mundial consome 80% da matéria e da energia produzidas na Terra, nos mostram as profundas contradições entre, de um lado, os modelos capitalistas de desenvolvimento e, de outro, os limites do planeta em termos de recursos materiais e energé-

ticos.

Ao contrário de cair na conhecida simplificação de, em acusando o pensamento ocidental de ter desenvolvido às últimas consequências a razão instrumental, contrapô-lo ao pensamento oriental — o qual seria, por princípio, respeitoso em relação à natureza —, vários colaboradores do livro dedicaram um tratamento bem mais sofisticado a essa questão. É igualmente tentadora a versão que associa mecanicamente o capitalismo à agressão e ao esgotamento do ambiente. Sobre esses pontos, o antropólogo Carlos Brandão é bastante claro ao nos lembrar que mesmo sociedades orientais profundamente marcadas pelo confucionismo e pelo taoísmo, como o Japão feudal ou a China imperial, tiveram vários “movimentos expansionistas destruidores, até etnocidas, tão violentos quanto os ocidentais” (Brandão, 1992, p.47). Da mesma forma, “a Rússia se destruiu ecologicamente logo após a ascensão dos comunistas, muito mais depressa do que outros países ocidentais ou capitalistas” (id. ib.). O que o antropólogo nos propõe é que façamos uma distinção entre filosofias de elite ou de minorias marginais (de que são exemplos as muitas vertentes do pensamento ecológico) e as práticas das maiorias, ou mesmo as práticas do Estado. Nesse sentido, Brandão considera muito difícil pensar em um Estado ocupado, *per se*, em proteger a natureza. Essa me parece uma idéia ao mesmo tempo preocupante e interessante, pois se, por um lado, nos tira um pouco a esperança em atingir um estágio de maioridade política, em termos ecológicos, por outro lado nos mostra que temos de evitar o atravessamento simples e linear das questões ideológicas com as questões do ambiente. E que, afinal, tanta destruição ambiental como a que assistimos na Modernidade — certamente em escala ímpar na História — não é uma infeliz prerrogativa exclusiva de nossa cultura.

Um encaminhamento diferente ao dilema Humanismo x Biocentrismo é dado pelo teólogo Leonardo Boff, ao sublinhar a diferença entre uma e outra perspectiva. Partindo da idéia de que o homem moderno se tornou incapaz de captar o que pode haver de produtivo e de positivo no discurso da alteridade, Boff mostra o quanto esse homem se autocentrou, a ponto de transformar em desigualdade e discriminação qualquer diferença com que se depare. Foi tal incapacidade que, paradoxalmente, o tornou capaz de tanta opressão ao ambiente e às outras culturas que são diferentes da sua própria. Assim, se o Humanismo é dominador e autocentrado, o Biocentrismo não consegue captar a tensão permanente entre a vida e a morte que há na natureza.

Trazendo, então, a questão ecológica ao nível das relações entre dominadores e dominados, entre o Norte e o Sul por exemplo, o teólogo nos propõe uma saída àquele dilema pela “misterização” da ecologia. Aqui ele usa místico como um adjetivo de *myster*, “no sentido de mistério, essa percepção [...] de que a realidade é o indicador de algo maior que ela; de que carrega um mistério, que não é o limite do conhecimento, mas desafio de todo o conhecimento” (Boff, 1992, p.31). Em outras palavras, uma ecologia mística superaria a “leitura instrumental-analítica do mundo que se globalizou hoje” (id., p.30) e que nos aprisiona naquele dilema.

A ecologia feita também mistério me parece uma idéia instigante e profunda-

mente interessante. Ao sublinhar uma dimensão não instrumental nas questões ambientais, traz-se para dentro delas a possibilidade de discussões que vão muito além da dureza da racionalidade tradicional. A ecologia científica tem importância crucial: precisamos das informações fornecidas pelos mais modestos laboratórios de monitoração e das modelagens, simulações e previsões mais sofisticadas dos mais avançados grupos de pesquisa ambiental. Mas mesmo que tivéssemos mais e melhores informações do que possa ter um dia imaginado o demônio de Laplace, ficaríamos muito limitados no nosso entendimento sobre o ambiente. Essa é uma área que representa, para usar a citação acima, um "desafio de todo o conhecimento". É uma área em que se cruzam os mais variados saberes e da qual são possíveis inúmeras leituras e interpretações. Isso abre possibilidades muito interessantes para a Educação, principalmente na medida em que também ela se constitui como campo de múltiplos intercruzamentos. Valer-se disso, no sentido de contribuir para que todos nós, professores e alunos, refinemos nossas interpretações sobre o ambiente e sobre nossa posição no mundo, requer bem mais do que tudo o que a racionalidade instrumental pode nos dar. Requer, entre outras coisas, a reflexão filosófica e um coração aberto para compreender, por exemplo, uma poética como a de Quintana — na qual, são raros os momentos em que a questão ambiental é explicitada (como no *Poema de circunstância* que escolhi como homenagem ao grande Mário) —, que é também ecológica, ao se mover em torno da tensão entre a vida e a morte. Talvez uma das contribuições de *Fundamentos...* seja nos mostrar que é possível, e certamente desejável, pensar-se a ecologia para além da razão instrumental e pragmática, e procurar compreender o nosso sempre presente drama entre a árvore e o arranha-céu, entre a sobrevivência e a finitude.

Referências Bibliográficas

1. BOFF, L. Humanismo e Biocentrismo: debate. In: UNGER, N. M. (org.) *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. S. Paulo: Loyola, 1992.
2. BRANDÃO, C. R. Ecologia e ética: debate. In: UNGER, N. M. (org.) *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. S. Paulo: Loyola, 1992.
3. GUDYNAS, E. Ecologia e ética: o ecologismo como questão filosófica II. In: UNGER, N. M. (org.) *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. S. Paulo: Loyola, 1992.
4. QUINTANA, M. *Antologia poética*. R. de Janeiro: Editora do Autor, 1966.
5. SOFFIATTI NETO, A. A. Humanismo e Biocentrismo. In: UNGER, N. M. (org.) *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. S. Paulo: Loyola, 1992.

Alfredo José Veiga-Neto é professor do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

Endereço para correspondência:
Faculdade de Educação/UFRGS
Av. Paulo Gama s/nº, prédio 12201
90.046-900 - Porto Alegre - RS
E-Mail: VEIGATO@VORTEX.UFRGS.BR